

A Teoria das Descrições e uma reflexão sobre as motivações filosóficas da tese de Kripke sobre a rigidez dos nomes próprios: um argumento a favor de Russell

*Lucas Ribeiro Vollet*¹

Resumo

Optamos por enunciar a disputa entre a teoria das descrições de Russell e a tese de Kripke sobre a rigidez a partir da seguinte perspectiva: (1) Sugeriremos a convergência dessas duas facções de interpretação do conteúdo proposicional neste ponto: ambas visam a contribuição semântica de termos cujo conteúdo conotativo-inferencial é sensível ao contexto modal-temporal. (2). Distinguiremos as estratégias de Russell e Kripke sugerindo esta linha interpretativa: a teoria dos símbolos incompletos (Russell) mantém a previsibilidade semântica ou o papel proposicional secundário dos termos eliminados contextualmente, enquanto a teoria da rigidez (Kripke) apenas elimina a ambiguidade sem oferecer um papel contextual para esses termos. A rigidez da referência é uma nova estratégia essencialista para designar a inalterabilidade referencial e fixar os pontos seguros para a expressão proposicional, ou seja, os pontos onde a atribuição de verdade é irreversível. (3). Argumentaremos que a teoria de Kripke mantém um apelo intuitivo apenas se considerarmos a sensibilidade de nossas proposições ao contexto (modal-temporal) como algo supérfluo ou como um problema epistêmico. Mas foi precisamente esse aspecto epistêmico da questão da necessidade que Russell desejou expressar e que ele achou filosoficamente interessante para uma teoria do significado. (4) Este artigo argumentará que a tese de Russell recupera a vantagem quando avaliada a partir de uma perspectiva empirista para controlar o valor falível e conjectural – ou a possibilidade de falseamento – de proposições modais. A tese de Russell apresenta um dispositivo para representar "conteúdo hipotético" assertoricamente convertendo as instâncias de uma proposição hipotética em "instâncias possíveis" de uma função proposicional assertórica. Nessa esfera do problema, a construção da fixação de verdade proposicional depende não apenas de um problema de rigidez, mas de um problema de estratégia de revisão da verdade por evidências.

Palavras-chave: Russell, Descrições definidas, Nomes próprios

Abstract

¹ Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), e doutorado em Filosofia (2016) pela mesma Universidade, atuando principalmente no seguinte tema: juízo, razão prática, validade, ciência

We chose to enunciate the dispute between Russell's theory of descriptions and Kripke's thesis about rigidity from the following perspective: (1) We will suggest the convergence of these two factions of interpretation of the propositional content at this point: they both aim to isolate or eliminate the semantic contribution of terms whose inferential-connotative content is sensitive to the modal-temporal context. (2). We will distinguish Russell's and Kripke's strategies by suggesting this interpretive line: the theory of incomplete symbols (Russell) maintains semantic predictability or the secondary propositional role of contextually eliminated terms, while the theory of rigidity (Kripke) only eliminates ambiguity without offering a contextual role to it. The rigidity of the reference is a new essentialist strategy to designate the referential inalterability and to fix the safe spots for propositional expression, i.e., the spots where truth assignment is irreversible. (3). We will argue that Kripke's theory retains an intuitive appeal only if we consider the sensitivity of our propositions to the context (modal-temporal) as something superfluous or as an epistemic problem. But it was precisely this epistemic aspect of the question of necessity that Russell wanted to express and that he found philosophically interesting for a theory of meaning. (4) This paper will argue that Russell's thesis regains the upper hand when evaluated from an empiricist perspective for controlling hypothetical value. Russell's thesis presents a device to represent "hypothetical content" assertorically by converting the instances of a hypothetical proposition into the "possible instances" of an assertoric propositional function. In this sphere of problem, the construction of propositional truth-fixation depends not only on a problem about rigidity but on a problem about the strategy of reviewing truth by evidence.

Key-words: Russell, Descrições definidas, Nomes próprios

1. A Importância de On Denoting

Toda tradição tem seus clássicos. Quando *On Denoting* foi publicado na celebrada revista *Mind* em 1905, credenciado pelas garantias de Bertrand Russell (1872 – 1970) e seus argumentos para aplacar a relutância dos editores, um novo modo de filosofia foi inaugurado. F. P. Ramsey chamou de "um modelo de filosofar". Uma frase subestimada no texto revela a apreciação de Russell pelos enigmas na lógica como um substituto para desafios empíricos na ciência positiva. As consequências desta frase floresceram. A filosofia analítica viria a ser invocada na profissionalização da suspeita de que “as dificuldades relativas à denotação são todas consequências de uma análise errônea das proposições” (1978, p. 4). Essa escola fez dos enigmas da expressão simbólica uma fonte de alimento intelectual. Em 'On Denoting', Russell escolhe as expressões denotativas como tema, não apenas porque “a interpretação de tais expressões é uma questão de considerável dificuldade” (1978, p. 3), mas porque a natureza dessas dificuldades chama a atenção para uma teoria geral *logicamente responsável* sobre o significado. Chamamos de logicamente responsável uma teoria capaz de determinar o significado em circunstâncias de codificação instáveis – por exemplo, quando a coordenada referencial identificada pelo quantificador de uma sentença não tem uma descrição extensional, ou admite entidades de ordens superiores como instâncias.

O famoso artigo começa deixando o leitor saber o que o autor entende por expressões denotativas. Os exemplos variam de expressões ambíguas (um homem), definidas (o atual rei da Inglaterra) e denotativas sem objeto (o atual rei da França). A dificuldade começa com aquela que o autor vê em todo conhecimento que não seja “conhecimento de trato”, entendendo essa expressão como o tipo de conhecimento que temos imediatamente e independente da descrição. Uma expressão como 'a revolução do sol ao redor da Terra' tem um conteúdo não acessível ao conhecimento de trato: "podemos afirmar um certo número de proposições sobre ela; mas não temos conhecimento de trato... a conhecemos apenas como descrição" (1978, p. 3). A rigor, podemos incluir o objeto desse conhecimento descritivo em nossas teorias e frases sobre ele. Permanece um mistério, no entanto, por que uma descrição e não qualquer outra é a melhor para classificar um objeto, permitindo que sua referência tenha uma contribuição recorrente – ou logicamente recorrente – em proposições sobre ele.

Em nossa hipótese de leitura, Bertrand Russell acredita que toda carga descritiva presente em uma frase envolve algum dispositivo lógico de aprendizagem (e poderíamos acrescentar: um dispositivo semântico); ou deveria envolver, não fossem os obstáculos persistentes que a linguagem comum impõe ao aprendizado lógico. Assim, a escolha de

descrições para improvisar uma referência a sentenças sem um “sujeito lógico” (adquirido por conhecimento de trato) é possível, desde que tenhamos uma certa consciência lógica, presente no tipo de consciência incluída no uso competente de quantificadores. Russell lamenta a estrutura da gramática comum para resolver o problema. Ao fazê-lo, o filósofo demonstra sua desaprovação à limitação da linguagem vulgar a dar expressão explícita ao tipo de aprendizado lógico presente em um signo que, para adquirir sentido, precisa ter sua contribuição de verdade identificada por uma coordenada generalizável (quantificável), como 'a revolução da Terra em torno do sol'.

Tradicionalmente, a Teoria das Descrições conclui muito menos do que isso. Há um consenso sobre o valor do argumento, mas raramente sua conexão com os objetivos filosóficos mais profundos de Russell é apontada. A teoria ganhou a reputação de ser uma solução técnica simples e enxuta, sem muito potencial filosófico. Para reconectá-la aos pressupostos filosóficos que iriam florescer mais tarde, um procedimento comum na literatura filosófica é apresentar o argumento como parte de uma herança mais ampla, que foi capitalizada por Wittgenstein e pelo positivismo lógico. Essas escolas mantinham a lenda da análise como um projeto para liberar a forma lógica oculta da proposição. Mas essa leitura historiográfica pode ser enganosa. Se não olharmos mais de perto o caráter da discussão em que Russell foi incluído e se, prematuramente, formos direto ao uso de sua tese feito por Wittgenstein, não saberemos como reagir às críticas mais recentes que sua tese tem recebido de teóricos de referência direta. A leitura, neste artigo, resgatará os elementos da teoria da descrição que está em diálogo com uma teoria dos nomes próprios.

2. Símbolos incompletos como significados potenciais

Russell também tinha uma tese técnica sobre a operação em vigor quando usamos descrições. Sua tese de descrição coordena com a tese sobre a incompletude dos símbolos que codificam sua informação referencial de modo sensível à mudanças de contexto proposicional. Nessa primeira premissa, paralela à teoria de Frege que condiciona o sentido das expressões ao contexto da proposição, Russell acrescenta outra. Ele quer substituir essa contribuição específica de expressões que simbolizam incompletamente por uma contribuição que pode incluir o aprendizado lógico. A sentença na qual os símbolos incompletos entram deve ser capaz de operar vero-funcionalmente. Ou seja, sua verdade ou falsidade não pode ser pressuposta ou inferida dogmaticamente, mas deve poder ser composta mecanicamente pelo mapeamento de um valor para suas instâncias. A teoria de Russell já envolve a antecipação de uma tese composicionalista semântica: a sentença analisada deve poder ser representada por uma

bicondicional tarskiano, e seu valor deve ser suas contribuições para gerar uma interpretação verdadeira ou falsa. Para símbolos incompletos, isso significa que sua contribuição deve evitar contaminar o restante das composições sentenciais com sua carga ultrateórica (ou sensível ao contexto). E é para teorizar o problema no qual uma sentença teoricamente carregada está envolvida que Russell usa funções proposicionais.

A teoria das funções proposicionais é exposta no início do artigo de 1905, juntamente com a promessa de discutir as teses de Frege e Meinong na sequência. Usaremos, no lugar do texto, a exposição de Ayer:

Russell starts from the concept of a propositional function that is always true, that is, that it is true for all values of the variables. "(...) To say, for example, that a human being walked on the moon is to say that the propositional function 'x walked on the moon' sometimes contains the value true, or, in other words, true for at least minus one value of x" (Ayer, 1972, p. 56).

Durante o texto de *On Denoting*, Russell usa o problema sobre a existência como paradigmático para representar o problema das denotações. O texto coloca em perspectiva a impossibilidade de decidir se o predicado “careca” se aplica ou não ao rei da França porque: “if we enumerate the things that are bald, and then the things that are not bald, we will find the King of France on no list” (1980, p. 8)”. Mas a questão da quantificação existencial pode ser estendida a outros problemas de generalização. Isso porque entidades inexistentes são apenas o exemplo mais paradigmático ou intuitivo desse tipo de identidade referencial que se diz “não depender” de condições não facilmente generalizáveis: outros membros dessa classe são objetos intensionais, objetos de atitudes intencionais e proposicionais, etc. Aquilo que se pode identificar numericamente tem a vantagem de permitir uma generalização fácil. Tudo o que é referencial devido à mera “construção de identidade”, portanto, cai nesse problema. A questão é: como generalizar essa identidade e prever sua ocorrência em todos os contextos de possibilidades descritivas? O problema da existência transborda rapidamente para outros problemas. Atribuições de similaridade, diferença, realidade ou causalidade são igualmente problematizações não diretamente relacionadas ao modo como as instâncias se inserem em relação à verificação ou falsificação da sentença. Eles têm muitas cargas não domesticadas e não é fácil ver como podem contribuir para composições semânticas.

Uma forma simples de representar esse desafio é assim: a expressão incompleta não ajuda a determinar a contribuição unívoca de possíveis verificadores para a verdade ou falsidade da sentença. Não há transparência semântica sobre como “O Rei da França” ou a “identidade entre a e b” fundamentam o apoio a uma sentença e recusam o apoio a outra, pois as suas próprias instâncias não têm uma função positiva clara – pertencem a uma esfera de “instâncias

potenciais”. Essa afirmação, apesar do alto grau de complexidade filosófica, pode ser elucidada com um exemplo simples: a diferença entre a e b só pode ser expressa logicamente como um aspecto segundo o qual a e b não têm instâncias comuns. Mas isso só pode ser verificado indutivamente, com uma suposição de que há um “potencial de instanciação”, o que aqui significa simplesmente: não logicamente. Russell quer isolar a unidade de aprendizado lógico dessas expressões sem recorrer a métodos indutivos ou analógicos de "projeção" das instâncias possíveis ou “potenciais”. O mesmo valeria para o rei da França. Analogicamente, pode-se descrevê-lo como a “aproximação máxima entre tudo o que é rei da França”. Mas este seria um genérico Rei da França e não uma entidade que pode entrar em nossa quantificação com uma contribuição semântica regular. As instâncias possíveis de generalizações indutivas e aproximações analógicas não têm nenhuma contribuição lógica unificada para a verdade ou falsidade das sentenças que compõem. Podemos usar a regra da responsabilidade lógica sempre que nos deparamos com a recusa de Russell em permitir princípios não demonstrativos de inferência – indutivos, sintéticos, psicológicos – como uma contribuição semântica para sentenças.

Como não há como prever funcionalmente essa diferença entre a e b, ou da semelhança aproximada do rei da França, Russell sugere que os reduzamos ao que *poderia* contribuir semanticamente para a sentença, isto é, ao seu status incompleto. O autor, assim, reserva à questão das possibilidades um tratamento pelo seu caráter de incompletude. Esse é um tratamento das modalidades altamente sofisticado, que foi subestimado e sub-explorado pela história da filosofia. Enquanto símbolo incompleto, se sugere que interpretemos a sua contribuição como variações concomitantes de classes de objetos ou regras possíveis que mostram algo numericamente em comum entre instâncias incongruentes (ou instâncias potenciais). A avaliação das variações concomitantes é sugerida como modo de codificar a super-instanciação, isto é, o estado de compatibilidade entre instâncias meramente potenciais. O aparato de quantificação é introduzido para tornar isso possível. Se falarmos da diferença entre o (a)Taj Mahal e o (b)Cristo do Rio de Janeiro, nosso objetivo lógico é marcar um traço geral que regula a divergência entre qualquer pedaço de concreto ou tijolo que instancia um ou outro. Assim, aprendemos uma regra para marcar a natureza incompatível das instâncias de a e b. Essa solução usa recursos matemáticas para garantir a indexação pré-referencial (ou um valor “ingrediente”) que dependem do contexto para desbloquear um valor semântico. Russell dita uma lei que afirma que o predicado "a diferença entre a e b classifica conceitos, funções, características gerais ou "variações concorrentes". Este nível de conhecimento lógico não é impossível, mas é de fato intrincado. Ele é colocado em uma ordem de complexidade que

justifica o título de “incompleto” aos símbolos que o expressam. Mas problemas desse tipo são solúveis, e são eles que se problematizam quando eliminamos essas descrições e as substituímos por variáveis quantificadas. “Segue-se, então, que os tipos de objetos que se diz existir dependerão dos tipos de funções proposicionais que podem ser satisfeitas. E esta é a fonte da afortunada máxima do professor Quine: ‘Ser é ser o valor de uma variável’” (Ayer, 1972, p. 58).

Assim, podemos responder às dificuldades criadas pela carga teórica das frases e pelo conteúdo conotativo dos termos sem referência direta.

Uma vez que tenhamos um esquema sintático para prever o comportamento de símbolos incompletos em diferentes combinações categoriais, podemos conhecer a circunstância exata em que se pode negar “O rei da França é careca”, classificando-o com o predicado “...é falso”. Não há necessidade de lacunas de valor de verdade (seguindo Strawson em *On Referring*), porque o predicado “é falso” classifica não apenas a proposição “O rei da França é careca”, mas também a proposição “É verdade que o rei da França é careca”. Esta solução permite que esta proposição seja inofensivamente incluída em permutações e interações lógicas e assertóricas. As funções proposicionais são determinações de condições indeterminadas. É claro que isso é o que acontece quando se usa regras de segunda ordem para governar a relação entre regras de primeira ordem.

Um custo foi incluído, no entanto, e Russell não declara explicitamente essa condição. O fato de o rei da França ser careca permanece projetando cognição semântica uniforme sob idênticas circunstâncias assertóricas e, portanto, pode ser falso da mesma maneira verofuncional inofensiva que a proposição “Churchil era uma mulher” é falsa, exige algo mais. Exige o enriquecimento de nossa teoria lógica com um conhecimento de ordem superior; e desse enriquecimento surgem os desafios e dilemas correlatos, que conhecemos pelo formato dos paradoxos.

3. Designação rígida e escopo: a convergência de objetivos dessas facções do debate lógico-semântico contemporâneo

Alguns passos recentes da filosofia da lógica, especialmente aquela parte interessada em fornecer critérios para interpretar o conteúdo semântico das sentenças, resgataram a atenção para uma teoria rival à de Russell, cuja origem pode ser rastreada a Stuart Mill, sobre nomes próprios. É a Teoria da Referência Direta. Em oposição a isso, Russell propôs uma alternativa que permaneceu popular pelos quebra-cabeças que resolveu. Em *A Filosofia do Atomismo Lógico*: “Quando usamos a palavra Sócrates, na verdade estamos usando uma descrição” (1978, p. 72). É menos raro hoje que artigos sobre o assunto não comecem mais por

enunciar a teoria de Russell como paradigmática. Uma nova tendência já o trata como o desafiante. Vamos redescrever o problema para explorar como ele se manifesta nesta nova discussão.

Kripke e os novos essencialistas partem da premissa de que o que torna uma proposição necessária, verdadeira ou falsa, é um problema de segundo grau (second-degree) sobre seu desempenho para uma representação contrafactual. Não é um desempenho *logicamente* ótimo, julgando por essas condições, definir as condições de verdade de uma proposição considerando apenas os elementos que a confirmam. A independência que o significado tem da confirmação direta deve ser declarada como uma propriedade de seu perfil modal, que atribui um valor de verdade à proposição em qualquer mundo possível. Descrições tem um baixo desempenho para codificar esse perfil. As descrições são estratégias referenciais que não podem resistir à mudança de contexto modal sem corromper o valor de verdade da sentença. Se as descrições forem admitidas como substitutos para a referência, tornaríamos a sentença inteira em que elas se inserem sensível a mudanças em sua contribuição semântica. Isto é, a verdade ou falsidade da sentença mudaria se adicionássemos operadores modais temporais a ela. Nesse caso, admitiríamos a desconcertante perspectiva de que nossa avaliação de necessidade ou possibilidade seja auxiliada ou alterada pela forma como respondemos a perguntas sobre o que uma pessoa sabe ou não sabe a priori ou *a posteriori* sobre Sócrates, violando uma condição que Alvim Platinga perfeitamente enunciou: "a questão de saber se a conjectura de Goldbach é autoevidente (...) é distinta da questão de saber se é uma verdade necessária" (1982, p. 5).

A dificuldade acima apontada sugere que há um certo conhecimento contrafactual sobre Sócrates que se expressa em qualquer proposição sobre ele e que é em virtude desse conteúdo que proposições falsas e necessárias sobre ele podem nos ensinar algo padronizado, isto é, generalizável, sobre seu papel semântico. Russell não negligenciou o problema de determinar o conteúdo semântico – o potencial argumentativo e inferencial – de proposições falsas. Ele também teve a presença de espírito de reconhecer o enigma quando usamos termos sensíveis à alteração modal ou temporal como se tivessem algum tipo de identidade transtemporal: "somos tentados a pensar que são duas pessoas, (...) e que essas pessoas sejam as mesmas" (Russel, 1978, p. 109). Sua solução foi procurar uma mensagem lógica unificada projetada por termos referenciais ambíguos, que identificam extensões incógnitas a seus termos. O autor constrói sua tese sobre nomes próprios ambíguos: "é um nome próprio ambíguo, mas também um nome próprio, (...). A importância dos nomes próprios, no sentido em que estou falando, está no sentido lógico, não no da vida cotidiana" (Russel, 1978, p. 72). Não desenvolveremos a tese de Russell sobre dêiticos (isto, aquilo); usaremos uma estratégia que, a nosso ver, é mais eficaz em

termos de exposição: mostrar o que o autor acredita ser o "sentido lógico" na ambiguidade dos nomes próprios. Essa é sua teoria sobre a mensagem lógica unificada de códigos sistematicamente ambíguos.

Russell acredita que quando estudamos o valor lógico de uma sentença, elementos conotativos inexplicáveis não podem entrar na avaliação. Portanto, é natural para ele pensar em nomes logicamente próprios como elementos desprovidos de conotação; no entanto, como não podemos entrar em contato direto com substâncias complexas com partes espaço-temporais que teriam alguma identidade mágica de indexicar sua referência em qualquer mundo possível, o autor prefere a seguinte estratégia, que durou mais tempo do que suas outras teses sobre o conhecimento: que esses termos podem variar amplamente com o contexto modal, contexto temporal, etc, sem perder algum aprendizado lógico idêntico. Logicamente, portanto, nos referimos a essas entidades como um tipo de possibilidades lógicas complexas que podem desbloquear diferentes valores em diferentes contextos tempo-espaciais. Assim, podemos chamá-las de expressões "potenciais", ou incompletas. Contribuições potenciais são instâncias de regras de segunda ordem. Eles funcionam como contribuições lógicas semânticas apenas no contexto de regras de ordem superior. Portanto, eles são potenciais, mas se tornam reais a um custo: inflando nosso conhecimento lógico para funcionar como instâncias reais, ou seja, instâncias de regras de ordem superior (funções de proposições).

Agora, para não admitir a opinião exótica de que um mesmo discurso pode ter duas proposições em vez de uma, falando de dois objetos usando o mesmo conteúdo semântico "potencial" amplo, usamos a seguinte estratégia: distinguimos o conteúdo recondicionando seu alcance. Criamos regras para selecionar um escopo para "instâncias potenciais". Agimos como quem condiciona suas próprias máximas dizendo: nem tudo válido para o objeto-no tempo t , é válido para o mesmo objeto no tempo- t^1 . Essa primeira forma de conhecimento ingênuo é, dependendo da nossa capacidade matemática, esquematizado de forma a dar uma solução superestrutural para correlacionar modelos, identificando compatibilidades entre extensões possíveis. Solucionamos assim o problema criando regras de ordem superior que chamam nossa atenção para essas variações dentro do escopo da mesma regra. Reprogramamos o conteúdo preditivo da sentença para que ela possa preservar o conteúdo semântico em vários contextos modais e de tempo. Russell propõe estratégias de parafrasa-técnica nas quais a identidade referencial é colocada fora do escopo restrito da frase e, assim, expressa uma contribuição argumentativa heterodoxa, secundária ou incompleta. Assim, podemos escapar da objeção de que "este iate não é maior do que é" quando afirmamos que poderia ser maior. Como o iate não é um componente da frase, não precisamos que ele exista para determinar as condições

genéricas (condições quantificadas) em que ele seria maior. Só precisamos saber que tipo de instância potencial – o tipo de “x” – tornaria a sentença verdadeira ou falsa. A desvantagem é, claro, o preço pago: nossa ontologia será composta de super instâncias de regras de ordem superior.

Podemos nos deslocar agora para as teorias sobre a referência direta, porque uma de suas vantagens é, justamente, evitar o preço pago pela teoria de Russell. Para evitar esse último inconveniente, podemos resgatar um aspecto das teorias ingênuas sobre referência: diremos que não há elementos descritivos nos nomes usados como sujeitos gramaticais. E com isso, não precisamos nos preocupar em como o tempo, a relação e a possibilidade contrafactual mudariam o conteúdo semântico das sentenças. Simplesmente, a questão não vem aos nomes próprios. Outra vantagem da abordagem 'referencial direta' é que ela impede que a mesma proposição seja recondicionada ou contextualizada pelo recurso ao escopo ou às determinações de escopo de ordem superior. Essa teoria estabelece a crença de que para atender ao requisito de unidade relativa do valor semântico de uma sentença, a proposição deve ter uma referência inequívoca. O apelo da teoria é intuitivo. Termos flexíveis, é claro, não obedecem à prescrição modal-temporal do operador como um termo tempo-neutro. Essa desvantagem que as expressões flexíveis têm em relação aos nomes próprios é evidente, e se não quisermos pagar o preço de considerá-las – ao modo de Russell – incompletas, a premissa da teoria da referência direta é atraente.

Tudo isso é bastante intuitivo. Talvez intuitivo demais. É uma ambição antiga defender que a proposição retrata uma fatia da realidade – ou realidade transmundana (um grupo de possíveis reificados) – que só pode apoiar ou retirar apoio dela uma vez. As histórias e mitologias que envolvem essa esperança na força desrelativizadora que a proposição teria, sua vocação de veicular um conhecimento absoluto atemporal, são antigas e profundas. Como a realidade é notável por mudar, a proposição assume a tarefa de ser ajustável às mudanças, utilizando recursos semânticos de codificação que nada mais são do que as garantias institucionais da linguagem para funcionar regularmente. Se dizemos que Aristóteles foi o mestre de Alexandre, padronizamos nossas expectativas que orientam a interpretação pela regra que afirma que as evidências que sustentam essa proposição não podem fundamentar um estado de coisas que a refute. Mas se a proposição continha informação codificada sobre a época ou como ela pode ser lida como verdadeira – por exemplo, se “Aristóteles” fosse uma descrição incompleta que pode ser lida como “um homem” ou uma “mulher” – os fundamentos que a primeira proposição verdadeira não se comportaria do mesmo modo unificado em apoio à proposição. Nessas condições, a proposição "Aristóteles é o professor de Alexandre" não excluiria modelos

suficientes para interpretá-la em um local seguro para atribuição da verdade. Esse problema é ainda mais drástico quando a proposição é auto-referente, codificando informações sobre si mesma. Por puro instinto defensivo, já que a proposição existe para registrar um padrão argumentativo, tentamos trabalhar o que queremos dizer com a menor quantidade de ruído, poluição ou carga descritiva: enunciamos o problema da proposição com máxima independência modal-temporal. Nossas estratégias assertivas visam recuperar o melhor ponto para expressões proposicionais, os pontos onde uma atribuição de verdade é irreversível. E para isso, os nomes próprios se convidam. Em proposições sobre o futuro, isso se complica, pois aí entramos no velho problema da indução: como ajustar o conteúdo proposicional à predição de verdade sem ter que recondicionar a proposição inicial com um conteúdo suplementar?

De qualquer forma, o que um kripkeano poderia ter antecipado é o seguinte: a substituição de nomes por descrições parece complicar nossas vidas desnecessariamente porque sugere uma escolha lógico-semântica deliberadamente derrotista. Essa é uma má estratégia para marcar o ponto seguro para a asserção. Sacrificamos a unidade geral da proposição e adicionamos ao problema se ela é verdadeira ou não - que deve ser resolvida apenas por sua evidência transmundana a favor e contra ela - esse problema adicional sobre "escopo", isto é, sobre nossa escolha do tipo de paráfrase capaz de tirar a descrição do escopo dos operadores de identificação ontológica, e torná-la uma (super) instância de regras de ordem superior.

A escolha entre uma estratégia de escopo e uma estratégia de nomenclatura rígida foi amplamente discutida. O próprio Kripke reconhece que:

One of the things that seemed to be crucial in favor of the view of Frege and Russell here, as opposed to that of Mill, was the problem of existence. For we can surely, for example, raise the question whether Moses really existed, and even, if you like (though we would probably be wrong in this case in doing so), come up with a negative answer. (Kripke, 2013, p. 5)

Micheal Dummett era cético quanto à capacidade da nomenclatura rígida de resolver todos os problemas que uma solução descritiva resolve. Diríamos mais: que não está claro como os problemas coincidem. Quem procura paráfrases para ensinar alguém a corrigir uma proposição geralmente está lidando com problemas pedagógicos sobre a padronização do valor semântico que um teórico da rigidez nem mesmo considera como problemáticos. A ideia de rigidez toma por garantido que certos problemas são supérfluos. Mas expressamos uma competência lógica legítima quando nos engajamos em paráfrases: expressamos nosso conhecimento sobre limitações temporais que se refletem na carga semântica incompleta – ou dependente do contexto – de certos símbolos. Mas não vamos abordar esse assunto aqui. Deve-se notar, por enquanto, que em discussões recentes comparando a estratégia de Russell-Fregea

contra a modal-Kripkeana, algo importante raramente é notado. Para nós, isso é importante a ponto de a discussão não ter sentido se não chamarmos nossa atenção para isso. Esse é o fato de que os objetivos iniciais dos competidores são muito semelhantes, assim como os problemas que eles querem evitar. É um pouco irreal imaginar que Frege e Russell teriam qualquer prazer masoquista em postular descrições ou outras formas intensionais de cognição, sabendo que isso arruinaria a unidade referencial das sentenças e, com isso, perderíamos a regularidade extensional das interpretações, violando a lei *Salva Veritate* de intersubstituibili *Salva Veritate* dade. Se ambos os autores, cientes do desafio, mantiveram sua tese, preferimos supor que seus motivos eram razoáveis.

Assumiremos que Russell desenvolveu sua teoria das descrições não a partir de uma opinião técnica isolada e abstrata sobre a "identificação" de ordem superior de entidades por meio de recursos descritivos. Essa é a parte superficial de sua teoria. É apenas parte de sua teoria dos símbolos incompletos, que visava alcançar o resultado completamente revolucionário, para a época, de esquematizar um instrumento para eliminar a carga semântica indesejada (dependente do contexto) de símbolos incompletos em uma frase. Seu projeto era, portanto, como o de Kripke, evitar o excesso de carga real que um termo como "professor de Alexandre" poderia ter quando usado em uma frase sobre Aristóteles, e evitar, como Kripke, que a avaliação de frases sobre Aristóteles pudesse ser mapeada conforme necessário, apenas porque escolhemos descrições mais ou menos óbvias e *a priori* vinculadas aos nossos pressupostos epistêmicos. Se chamarmos nossa atenção para isso, muito da intuição que sempre foi invocada em favor de Kripke desaparece. Pois então veremos que o problema está longe de ser intuitivo: trata-se de uma dificuldade contra a qual o senso comum pode se imaginar imune pelo uso de nomes próprios, mas que sempre desafia o construtor proposicional quando ele precisa enunciar proposições um pouco mais científicas; ou seja, sempre que a referência de suas proposições precisar ser conservada ao longo do tempo e *permanecer assertiva* em circunstâncias contrafactuais. Não parece que o senso comum superará essas dificuldades simplesmente recorrendo a nomes próprios, assim como um mau cientista não evitará a contradição quando fizer induções ruins usando dispositivos técnicos para superar limitações preditivas. Um problema que a filosofia nunca achou trivial é o da persistência da referência, e se tentarmos codificar essa persistência através de índices, como o ladrão das mil e uma noites pintando a casa alvo de vermelho, ficamos vulneráveis a sermos frustrados pela feiticeira que pinta as outras casas com a mesma cor. O uso de nomes próprios não resolverá o problema da indiscernibilidade ao longo do tempo e das circunstâncias modais; só nos tornará insensíveis a essas dificuldades.

4. A apreciação semântica da ambiguidade: uma crítica a Kripke e o recurso da rigidez semântica

Uma vez que percebemos que Russell queria a mesma coisa que Kripke, o apelo à intuição deste último se torna muito menos atraente. Pois então restabelecemos o problema em sua escala radical. E assim nos extirpamos da ilusão de trivialidade dada pelo apelo aos nomes próprios. Agora enfrentamos o problema geral da persistência temporal e modal da referência em seu lugar: como um problema do qual não podemos escapar por meio de artifícios técnicos fáceis. Os nomes desambigam. Mas eles fazem isso com muita facilidade. A pergunta que precisamos fazer é: essa maneira fácil seria conveniente em pesquisas empíricas sobre identidade temporal e espacial? Em seguida, exploraremos a tese de que a sensibilidade semântica à ambiguidade não é supérflua, e mostra a sensibilidade de um sistema de linguagem a problemas de ordem superior. Sendo sensíveis a esses problemas, essas linguagens podem fazer ajustes inteligentes em suas teses sobre analiticidade ou necessidade. Se eles simplesmente confiassem em seus "nomes" como expressões de rigidez, sua sensibilidade à mudança e revisão desapareceria.

Dummett notou, no capítulo sobre Kripke da *Interpretação da Filosofia de Frege*, que “contra a grande conveniência de notação do mecanismo de rigidez, o trade-off é sua falta de flexibilidade. Ao considerar um termo como um designador rígido, excluimos a possibilidade de ambiguidade” (1981, p. 484). A teoria semântica que dá lugar a termos ambíguos desapareceria e, em seu lugar, teríamos termos rígidos e uma tese semântica cega aos sintomas saudáveis ou não-saudáveis da flexibilidade de alguns símbolos. Junto com a ambiguidade, desaparece a flexibilidade que permite à ciência antecipar e controlar a repercussão semântica sistemática de uma reclassificação de planetas que deixa Plutão de fora. Não poderíamos rediscutir classificações naturais que precisam de revisão, e proposições hipotéticas sobre o que Plutão seria, se não fosse um planeta, não teriam caracterização semântica: seriam mero *nonsense* epistêmico. O uso da rigidez canoniza esse dogmatismo, ao dificultar ou anular a caracterização semântica – ou seja, a previsão da contribuição referencial – das divergências de significado entre “estrela da manhã” e “estrela da tarde”. Em outras palavras, perderíamos a capacidade de prever (por uma regra de ordem superior) ou de controlar semanticamente as maneiras especificamente distintas em que esses termos afetam as proposições em que entram. Eles desbloqueiam diferentes valores de instanciação à medida que entram nos contextos proposicionais.

Isso sugere que a ambiguidade é importante. A flexibilidade referencial não acontece por acaso dentro de um espaço semântico. A ambiguidade diz algo sobre as limitações interpretativas de uma linguagem, um contexto teórico ou um paradigma científico. Do ponto de vista abstrato, um termo é ambíguo por dois motivos: 1. É sensível ao contexto (contrafactual, temporal, etc.) e 2. Ainda não há recursos semânticos para codificar inferencial ou preditivamente seu comportamento sensível ao contexto. É tentador propor uma codificação *ad hoc*, usando nomes próprios, para superar a última dificuldade. Mas, antes de tudo, isso só faria a semântica perder a sensibilidade para questões empíricas e indutivas, como as possíveis reclassificações e revisões de teorias antigas. E, em segundo lugar, esta seria uma espécie de solução semelhante ao uso de artifícios para reduzir os efeitos das crises silenciando seus sintomas. É o sintoma de um desconhecido, um *x*, que ainda não pode se tornar o problema principal de nossa frase *e*, portanto, deve ser transformado em um problema secundário, que não é diretamente sensível ao potencial total – a maximização do perfil ideal, modal ou temporal – da proposição de que é um componente. Caracterizá-lo como um "x" que responde ao contexto por meio de um traço descritivo, como a "estrela que aparece pela manhã" é, portanto, mais do que um artifício: é uma forma de preservar a flexibilidade necessária à inteligência ao especular em circunstâncias contrafactuais, sem que ela perca um elemento fixo e estável, ainda que provisório.

5. A natureza da proposição: o escopo semântico e o problema da inalterabilidade proposicional

Entramos em um desafio que convida o velho problema do essencialismo, ou a identidade da referência a si mesma apesar do tempo, espaço, relação e situação; a propriedade que não pode ser subtraída do objeto denotado sem que ele deixe de ser ele mesmo. Que existam problemas relacionados à identidade envolvendo a previsão de quanto um objeto pode perder suas características sem deixar de ser ele mesmo é uma forma típica de representar metafisicamente a dificuldade de proposições verdadeiras persistirem verdadeiras em situações contrafactuais. Conhecer a essência de Aristóteles seria, se de alguma forma informativo, conhecer algo semelhante à estrutura mínima da realidade que sustenta a presença de Aristóteles, ou seja, o que nos permite inferir a presença de Aristóteles mesmo em situações muito diferentes daquelas que ele viveu em nosso mundo. Isso envolve, é claro, aquele tipo de conhecimento de identidade que não pode ser ensinado pela experiência. O limite da experiência é o seguinte. A experiência codifica a identidade de Aristóteles anexando à situação referencial atual e contingente, embora não ensine que isso poderia ser diferente.

Russell tentou resolver o caso evitando o essencialismo e qualquer outra teoria sobre ‘Aristóteles’ baseada em condições causais ou categorias de síntese. Ele preferiu a solução de substituí-lo por descrições relevantes (o aluno estagirita de Platão) e em seguida eliminá-lo do discurso, como uma abreviação de aspectos estruturais da realidade que só conhecemos em um sentido muito abstrato e geral, algo como um código com alguma informação potencial – que codifica algum valor de instanciação para fórmulas de ordem superior . Por que Kripke, defendendo a identidade de Aristóteles consigo mesmo, preferiu uma teoria em que essa essência fosse conhecida de forma menos abstrata e geral? A resposta é difícil, especialmente porque nunca foi completamente determinado que a solução de Kripke tem vantagem sobre a de Russell. Mas na introdução póstuma de *Naming and Necessity*, o autor dá dicas sobre sua escolha.

A resposta adequada sobre a preferência de Kripke, a nosso ver, está em sua perspectiva geral sobre o alcance semântico da unidade proposicional para esgotar a solução possível para suas condições de verdade. O autor tem uma resistência sintomática a soluções que quebram ou dilaceram a proposição em muitas condições, muitas vezes heterogêneas. Podemos associar isso à sua personalidade essencialista. Há algo sobre o essencialista: ele não gosta de ter que dividir a solução de um problema de verdade ou falsidade com códigos de interpretação não padronizados. A proposição deve ser sua própria unidade. O autor afirma claramente que uma leitura correta da proposição "Aristóteles era amigável a cães" não pode ser completamente inteligível se conhecermos apenas as condições factuais contingentes que caracterizam essa amizade. O que isso diz é que não nos é ensinado o estado de coisas - a proposição - que torna a sentença correlacionada verdadeira se não formos capazes de reconhecer a verdade da sentença em outras situações que não as reais. Esta tese é, em certa medida, exótica: supõe que as teorias históricas sobre a identidade de Aristóteles poderiam ser substituídas por um conhecimento de outro tipo, ainda indeterminado, sobre a aristotelidade essencial. Mas a tese de Kripke resiste porque é claro que o que codifica a identidade entre Aristóteles e a amizade com os cães, embora de natureza contingente - porque simboliza uma condição de identidade que depende de condições muito particulares - tem uma espécie de rigidez (um tipo epistemicamente falível de necessidade) que perpetua a referência unívoca de Aristóteles em todos os mundos possíveis em que estudamos sua amizade ou hostilidade com os cães.

O que permanece simples e logicamente mínimo no aprendizado sobre a verdade da sentença, se o problema fosse encontrá-la, seria saber como ela seria verificaria mesmo em outras circunstâncias, pois com isso unificamos os fundamentos que a sustentam em oposição àqueles que não a sustentam. E é razoável dizer que quem sabe provar a sentença também sabe

algo diferente: o que se expressa no comportamento semântico como a rigidez da designação. O ponto de segurança Tarskiano da sentença, aquele ponto hierárquico onde a sentença pode ser *descitada* em um esquema T bicondicional, nada mais é do que o lugar onde ela pode adquirir aquele status “proposicional”. É o lugar seguro onde uma possível atribuição de verdade a ela não pode ser revertida em falsidade. Não importa se esse conhecimento é adquirido *a posteriori*, o importante é que ele não pode estar fora do nosso conhecimento geral das sentenças envolvendo Aristóteles.

Kripke acredita que o problema da rigidez está associado ao problema da proposição porque o desafio é encontrar o ponto seguro – o ponto fixo intrínseco – para atribuição de verdade irreversível (ver seu artigo sobre verdade em 1975): “É característico das sentenças na hierarquia Tarski que elas são seguras (intrinsecamente fundamentadas) e que seu nível é intrínseco, dado independentemente dos fatos empíricos” (Kripke, 1975, p. 710). Encontrar o lugar na hierarquia de Tarski onde isso pode ser feito é idêntico ao problema da rigidez: encontrar o problema unificado da verdade possível da sentença ou o problema da instanciação do predicado “verdade” em condições contrafactuais. Quando um historiador tenta instanciar a afirmação de que (r) “Alexander morreu nos tempos antigos”, ele está estudando como essa instanciação também instancia um “predicado verdade”, e, portanto, ele está trabalhando no que Kripke chamou de “segundo grau” de problematização. Se o predicado ‘é verdadeiro’ não for instanciado junto com (r), a sentença do historiador não tem valor proposicional. Porque então a proposição $\sim(\sim r)$ não seria equivalente a (r) - elas não seriam classificadas pelo mesmo predicado ‘é verdadeiro’. Poderíamos dizer que o historiador não consegue problematizar suas afirmações de forma coerente e lógica, de modo que nem mesmo sabe o que fundamenta suas afirmações. Assim, encontrar o designador rígido para Aristóteles é encontrar o ponto seguro onde qualquer atribuição de verdade para “Aristóteles é amistoso a cães” é irreversível, ou seja, não se pode projetar a falsidade dentro daqueles mesmos fundamentos. Em outras palavras, ele não pode instanciar ambos os predicados “é verdade” e “não é verdade”. Kripke então acusa Russell:

Counterfactually, Russell's conditions can vary widely from those assumed by the rigidity thesis. With respect to the counterfactual situation where someone other than Aristotle would have been the last great philosopher of antiquity, Russell's criterion would make someone else's dog-friendliness the relevant problem for the correction of (I) (2001, p. 7).

Essa acusação é, no entanto, injusta, porque Russell não acredita que a variação de Aristóteles em suas possíveis ocorrências seja arbitrária. Ele acredita que essa variação está sujeita a uma regra de ordem superior, que uma função proposicional representa, e cujo

problema também é sobre a verdade possível. Se uma função proposicional tem o valor T, esse valor também é irreversível. O conhecimento transmitido por uma função proposicional deve refletir o conhecimento adquirido pelo aparato de quantificação usado para generalizar a existência de uma entidade, e essa coisa fará parte de nossa ontologia de forma não arbitrária – as proposições verdadeiras em que ela entra não podem arbitrariamente ser transformadas em falsas.

Essa injustiça para com Russell anda de mãos dadas com uma certa superestimação da natureza intuitiva do uso de nomes próprios. O artifício técnico de Kripke é apresentado como se fosse o resgate filosófico de uma noção implicitamente intuitiva. Em nossa fala cotidiana, usamos nomes próprios porque eles representam intuitivamente o artifício da rigidez. Mas a suposta intuitividade não deve servir aqui de salvo-conduto. Em primeiro lugar, é verdade que a teoria de Russell sacrifica, juntamente com a rigidez dos nomes – sua tradução por símbolos incompletos – a capacidade de reconhecer o problema relevante para a verdade de “Aristóteles é amigo dos cães”? A resposta mais direta é não. Como vimos no último parágrafo, Russell usa funções proposicionais para unificar o aprendizado lógico que qualquer instanciação dessa função tem para composições semânticas mais complexas. Além disso, lembremos que sua atenção ao problema não foi superficial: “a essência da proposição consiste em que ela pode corresponder de duas maneiras aos fatos, que podemos chamar de via verdadeira e via falsa” (1978, página 78).

A paráfrase de Russell mostra um esforço de revisão linguística com intrincadas características técnicas que causaram ao próprio autor um grau considerável de desconforto, como deixa claro o último parágrafo de seu texto: “(...) qualquer que seja a verdadeira teoria, ela não pode ter a simplicidade esperada de antemão” (1978, p. 14). Mas se Russell não pode manter certa simplicidade, ele pode manter a responsabilidade lógica. Para ele: “não existem fatos falsos, de modo que não podemos obter um fato para cada proposição, mas apenas para cada par de proposições” (1978, p. 14). Não precisamos nos preocupar, por exemplo, que a ausência ocasional de reis da França *verifique* a falsidade da proposição “O rei da França é careca”. Como, para Russell, o predicado “possivelmente verdadeiro” é de ordem superior ao predicado “verdadeiro”, uma sentença pode instanciar o primeiro mesmo que não instanciar o segundo. De acordo com isso, podemos ver que o autor não desconhecia o problema de encontrar pontos seguros para a afirmação da verdade. Ele apenas desloca o problema para o problema da verdade de uma possível função de ordem superior.

Agora, um Kripikiano pode perguntar: como Russell pode esperar prever a referência transmundana da proposição, se ele não tem uma explicação para o perfil modal da proposição?

A resposta mostra a diferença radical entre os autores. Russell não tem uma explicação teórica para o perfil modal do Rei da França, mas possui dispositivos para dar conta da representação segura do Rei da França em contextos modais. Enquanto Kripke pensa que pode dar uma referência direta e rígida a essa complexa possibilidade, Russell é mais fiel a uma tese empirista. De acordo com esta tese, somente pela Investigação podemos ser ensinados sobre o valor instanciador das possibilidades contrafactuais. O que essas possibilidades exemplificam? Como eles contribuem para uma verdade projetada de alguma afirmação? Essas são perguntas que um empirista faria. Uma boa Investigação, é claro, é assumida aqui para fazer uso de conceitos de ordem superior para lidar com casos possíveis.

Para Russell, "em toda proposição que podemos apreender (...), todos os constituintes são entidades das quais temos conhecimento imediato" (1978, p. 14), mas isso não significa que uma proposição não nos ensine nada sobre o que a referência *poderia ter sido*. Significa apenas que não pode fazê-lo por referência direta e sem os instrumentos de investigação de ordem superior da ciência empírica.

6. Conclusão: Duas concepções filosóficas sobre a Lógica

A leitura ortodoxa dita que a teoria das descrições de Russell pretendia enunciar uma solução para um defeito na gramática comum. Quando usamos termos que não restringem as condições de verdade da sentença, ou seja, que não demarcam exatamente o que teria que ser diferente para que ela seja falsa, podemos recondicionar a coordenada referencial – mesmo de denotações inexistentes – para instanciar um predicado de ordem superior ou uma função proposicional. Kripke discorda. A forma de nossos enunciados que incluem nomes próprios representa um anseio por rigidez que traduz nossa capacidade de atribuir valores de verdade absoluta às sentenças, mesmo que essas sentenças sejam recondicionadas por termos modais ou pela curiosidade de George IV. Não vejo outra maneira de declarar quem vence esse conflito, a não ser declarar um empate.

Esse vínculo pode ser resolvido, mas não sem reconhecer que temos na arena um conflito entre duas formas díspares de considerar a Lógica e sua relação com o mundo. Em Russell, as proposições têm ambiguidades teóricas que se relacionam problemáticamente com o mundo. Por causa dessas ambiguidades, nem sempre está especificado o grau exato de dependência que uma proposição tem de seus confirmadores, especialmente quando ela depende de confirmadores possíveis. Esse problema pode ser definido, mas isso exige alguma habilidade para reter uma unidade de aprendizado lógico mesmo em classificações de ordem superior, ou seja, aqueles lugares menos seguros na representação lógica (atribuições modais,

conteúdo intencional, etc). Essas ambiguidades mostram desafios interpretativos que remetem à questão da análise, mas que poderiam ser reproduzidos fora da filosofia analítica pela questão relacionada às dificuldades de correlacionar isomorficamente sentenças que contêm diferentes cargas teóricas (conteúdos modais, temporais, citacionais, intensionais etc.) As funções proposicionais visam representar um aspecto (super) semântico das sentenças restrito ao seu contexto consensual específico. São representações assertóricas de afirmações hipotéticas e tentam cobrir os "custos possíveis" da hipótese convertida identificando alguma "instanciação possível". Uma vez que "possíveis instanciações" não instanciam um predicado "é verdadeiro" unificado, essas representações tendem a pedir mais justificativas para serem classificadas como verdadeiras. Para se distanciar da falsidade de forma consistente, essas representações precisam de dispositivos para controlar a contribuição de sentenças "possivelmente verdadeiras". Para unificar o aprendizado lógico dessa classificação de "possivelmente verdadeiro", são necessárias mais regras. Apesar de haver custos, não é uma contravenção lógica o fato de uma proposição precisar de uma explicação adjacente ou de um modelo de interpretação de ordem superior para ser melhor determinada.

A concepção de lógica iniciada por Russell nos trouxe esta concepção de nossa vida proposicional: "a lógica se relaciona com o mundo real tão dedicadamente quanto a zoologia, embora tenha em vista suas características mais abstratas e gerais" (Russell, in Ayer, 1972, p. 54). Nos casos em que nossas designações de referência são signos que simbolizam de forma incompleta, Russell não vê outra solução senão observar como elas contribuem para um problema mais geral (de segunda ordem). Esse é o problema em que nos engajamos quando, por exemplo, precisamos de uma superestrutura esquemática para correlacionar modelos compatíveis, o que não é um problema tão exótico; é, em certo degrau aceitável de facilidade, aquilo que fazemos ao produzir códigos para desbloquear o significado de uma analogia. O resultado é esta descrição de nossos interesses lógicos abstratos. Ao afirmar que "O Rei da França é careca" não estamos interessados em verificar se o Rei da França é careca; Parece supérfluo observar se as teorias (conceitos, funções) sobre o rei da França coincidem nos aspectos relacionados à estrutura capilar. Interessa-nos o aspecto do problema que nos permite trabalhar a codificação superestrutural da identidade da referência. Estamos tentando isolar alguma unidade de conteúdo lógico que pode ser aprendida e codificada em uma super-estrutura semântica capaz de maximizar a consistência no uso do termo descritivo, gerando relações significativas e analíticas. Qualquer que seja, então, a dificuldade em determinar o valor de verdade de sentenças com denotações inexistentes, essa dificuldade não difere em natureza do desafio associado ao assunto de sentenças analógicas e teóricas: "verdade é física é o mesmo

tipo de verdade que a verdade em questões de politesse, mas a diferença entre os assuntos significa que um tipo de verdade é difícil de estabelecer, o outro relativamente fácil” (Pettit, 2006, p. 886). É isso que a ciência, de uma forma moderna, faz. Ele converte o conteúdo hipotético de suas afirmações em conteúdo assertórico e avalia matematicamente os custos dessa afirmação, em comparação com outras que se opõem a ela. Uma decisão final é feita por meio de regras de segunda ordem que definem o valor de instanciação da asserção possível. E assim, as hipóteses científicas se convertem em momentos de especulação respeitável e logicamente disciplinada. O aparato quantificacional introduzido para fixar a coordenada referencial em contextos complexos ou de ordem superior espelha a maneira como podemos representar o problema proposicional em uma Investigação científica.

O que sugere uma discrepância irreconciliável entre essa visão e a de Kripke é que este considera a proposição essencialmente completa quanto às suas possíveis interpretações. Ele não se assusta com questões de ambiguidade e incompletude de referência, e parece imaginar que nossa atividade lógica intuitiva envolve a mais perfeita eliminação de confusões epistêmicas sobre as condições de ignorância – ou de incomensurabilidade tradutória e inescrutabilidade referencial – encontradas na origem da indagação sobre uma referência:

To speak of the 'truth conditions' of a sentence like (I), this must be seen as the expression of a single proposition - otherwise, its truth conditions even concerning the actual world would be indeterminate. So ambiguous words (...) need to be read in a certain way (...), indexical terms need to have certain references assigned, syntactic ambiguities need to be resolved, and it needs to be fixed whether 'Aristotle' names the philosopher or the tycoon of ships. (Kripke, p. 9)

Com esta caracterização Kripke evita décadas de recomendação profissional baseada em questões de análise; faz parecer que a solução para os problemas estruturais que podem surgir quando um termo é ambíguo ou denota nada poderia ser confortavelmente resolvido apelando para o contexto semântico unitário da proposição. Necessário mencionar de passagem que assim o autor também evita a parte radical dos problemas de tradução colocados por Quine. É inevitável supor que Kripke parece pensar que a eliminação da ambiguidade se faz na própria enunciação proposicional do senso comum. Não se discute, assim, problemas de inescrutabilidade referencial que convocam nossas capacidades de paráfrase e de esquematização matemática. Para Kripke, isso funciona como se o uso de nomes como sujeitos gramaticais nos envolvesse com uma tese intensional. Mas a tese intensional que se tem para determinar a identidade de objetos em ambientes lógicos de ordem superior envolve muita ambição tácita. Envolve a ambição de que uma frase comum como “Aristóteles é amigo dos cães” codifique um conhecimento estrutural lógico sobre possíveis Aristóteles. Para Dummet, “Kripke não pergunta com que propósito precisamos considerar o valor de verdade de uma

sentença com respeito a situações contrafactuais” (Dummett, 1981, p. 582). Se tomarmos a palavra escrita em *Da denotação*, esse propósito é científico, no sentido útil à ciência empírica não metafísica: “coisas como a matéria (no sentido em que a matéria ocorre na física) (...) como aquele que tem mais tais ou tais propriedades” (Russell, 1978, p. 14). Acreditamos que essa crítica atinge um nervo. O surgimento de questões de segunda ordem sobre Aristóteles, que podem se manifestar nas descrições históricas, funções e conceitos de Aristóteles, ou mesmo na redução atômico-física de Aristóteles aos seus componentes físico-fenomenais, reflete o surgimento de questões que não podem ser resolvidas de maneira vero-funcional ou mecanicamente. Estamos, neste caso, explorando como projetamos simulações nas quais Aristóteles apareceria no uso de um advérbio "seria". Isso envolve raciocínio empírico. Para Russell: “fora da matemática, o tipo importante de inferência não é lógico; eles são analógicos e indutivos” (1940, p. 287). A determinação do local seguro para a interpretação não é mais um conhecimento superficial da proposição. Isso requer entender as posturas estratégicas que se precisa usar para isolar uma coordenada de identidade para objetos em simulações submetidas a testes empíricos.

Lembremos que Russell acreditava no poder dos enigmas, na lógica, para substituir os desafios empíricos. O problema da ambiguidade e flexibilidade referencial em contextos modal-temporais, nessa perspectiva, pode ser visto justamente como a forma como nossas dúvidas são articuladas quando precisamos operar ajustes e revisões teóricas por meio de regras de ordem superior, ou seja, regras superproposicionais (ou funções de proposições possíveis). E esse tipo de pensamento não pode ser simplesmente ignorado, junto com os problemas que o inspiram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYER, A.J. *As Ideias de Bertrand Russel*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

DUMMETT, M. *The Interpretation of Frege's Philosophy*. Harvard University Press: 1981

GARETH, Evans. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford U. P., 1982.

FREGE, Gotlob. (1948) *Sense and Reference*. Reviewed work(s): Source: *The Philosophical Review*, Vol. 57, No. 3 (May, 1948), pp. 209-230. Published by: Duke University Press on behalf of Philosophical Review Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2181485> .

GRIFFIN, Nicholas, 1996, "Denoting Concepts in the Principles of Mathematics". In Monk and Palmer, pp. 23–64.

HYLTON, Peter. *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*. Oxford: Clarendon P., 1990.

KRIPKE, Saul *Naming and Necessity*. Harvard Press, 2001.

KRIPKE, Saul. Outline of a Theory of Truth. *The Journal of Philosophy*, Vol. 72, No. 19, Seventy-Second Annual Meeting American Philosophical Association, Eastern Division. (Nov. 6, 1975), pp. 690-716. 1975.

KRIPKE, Saul. *Reference and Existence*. USA: Oxford University Press, 2013.

MILL. S. *Sistema de Lógica*. Textos Escolhidos. Abril Cultural, 1979.

PETTIT, P. (1996). Realism and Truth: A Comment on Crispin Wright's Truth and Objectivity. *Philosophy and Phenomenological Research*, 56, 883-890.

PLATINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press. 1974.

QUINE, W.V.O. (1963). Two Dogmas of Empiricism. *From a Logical Point of View*. Harper Torchbooks.

RAKAVISKY, J. *The Modal Argument against Nominal Description Theory*. 2016.

RUSSELL, *Da Denotação, Lógica e Conhecimento*, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUSSELL, Bertrand. *An Inquiry Into Meaning and Truth*. Printed in Great Britain, by Unwin Brothers Limited Woking. 1940.

RUSSELL, Bertrand (1985 [1959]). *My Philosophical Development*, London /Sydney /Wellington: Unwin.

RUSSELL, Bertrand. *The Principles of Mathematics*. London: George Allen and Unwin. 1937. First edition, Cambridge, Cambridge University Press, 1903.

RUSSELL, Bertrand. “ON THE NATURE OF ACQUAINTANCE. II. NEUTRAL MONISM.” *The Monist*, vol. 24, no. 2, Oxford University Press, 1914, pp. 161–87, <http://www.jstor.org/stable/27900482>.

STRAWSON, Peter. “On Referring”, *Mind*, 59: 320–344; reprinted in Strawson 1971, 1950.

TARSKI, A. (1944) “The Semantic Conception of Truth: And the Foundations of Semantics”, *Philosophy and Phenomenological Research*, pp. 341–376